

Cabecilhas das dívidas ocultas recusam indulto do Presidente Nyusi

- Durante o fim de semana, tudo estava preparado para que o Presidente da República, Filipe Nyusi, concedesse indulto aos principais responsáveis pelo escândalo das dívidas ocultas. No entanto, os réus surpreenderam ao recusar o perdão presidencial, alegando que ainda têm um recurso pendente no Tribunal Supremo, no qual contestam suas condenações.



Entre os cabecilhas que recusaram o indulto estão:
Ndambi Guebuza, filho do ex-presidente Armando Guebuza.

- Gregório Leão, ex-Director-Geral do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE).
- António Carlos do Rosário, ex-Director da

Inteligência Económica do SISE e Presidente do Conselho de Administração das empresas envolvidas.

- Teófilo Nhangumele e Bruno Tandane, associados de Ndambi Guebuza.
- Inês Moiane, ex-Secretária Executiva de Armando Guebuza.
- Renato Matusse, ex-Assessor Político de

Armando Guebuza.

Os réus argumentam que não concordam com a decisão judicial que os condenou e, por isso, submeteram o recurso. Tecnicamente, um indulto não pode ser concedido a alguém que tenha interposto recurso contra a sentença, já que isso indicaria aceitação da condenação.



Filipe Nyusi pretendia conceder o indulto para, no final do seu mandato, reduzir a lista de inimigos políticos. No entanto, ao recusarem o perdão, os cabecilhas desafiaram mais uma vez o Presidente, a quem eles próprios acusam de ter sido uma peça-chave no esquema das dívidas ocultas.

Pressão e Firmeza

Houve pressão de vários lados para que os condenados aceitassem o indulto e retirassem os recursos no Tribunal Supremo. No entanto, eles mantiveram a sua posição, recusando-se a aceitar a pena. Como resultado, o Decreto n.º 22/2024, de 23 de dezembro, foi publicado no Boletim da República sem incluir os nomes dos cabecilhas das dívidas ocultas.

Motivações e Implicações

A atitude dos condenados deixa claro que Filipe Nyusi pretendia conceder o indulto para, no final do seu mandato, reduzir a lista de inimigos políticos. No entanto, ao recusarem o perdão, os cabecilhas desafiaram mais uma vez o Presidente, a quem eles próprios acusam de ter sido uma peça-chave no esquema das dívidas ocultas.

Conclusão

A decisão de recusar o indulto evidencia um confronto direto entre os condenados e Filipe Nyusi. Este episódio revela não apenas as divisões políticas profundas, mas também a fragilidade de um sistema em que a justiça e a impunidade continuam a ser temas centrais no debate nacional.

Ao se recusarem a aceitar o indulto, os cabecilhas reafirmam sua posição de contestação judicial, levantando novas questões sobre a integridade e a transparência de todo o processo das dívidas ocultas e seu impacto na credibilidade das instituições moçambicanas.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

